



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/01/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
3.2. PRESIDÊNCIA.....	5
3.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	6 - 7
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	8 - 9
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. DECISÕES.....	10
5.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	11
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CNJ.....	12 - 14
6.2. DECISÕES.....	15
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	16
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	17 - 18
7.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	19 - 20
7.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	21

Logo pela manhã, o grupo esteve reunido com representantes da sociedade civil, em reunião na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em seguida, visitaram o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde avaliaram a situação do sistema prisional e conversaram com detentos. Também, tiveram reuniões com a governadora do Estado, Roseana Sarney, e representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.

Ah, mãe, antes que esqueça, tua netinha, a Livia, faz sua estreia no Dom Bosco nesta segunda-feira. Desde ontem que ela e a Eli-neusa estão num pé e noutro, para que não cheguem atrasadas e já deram uma geral no salão de beleza.

*

A Justiça de primeiro grau condenou o deputado Othelino Neto por improbidade, suspendendo os direitos políticos do parlamentar por cinco anos, com base em supostas irregularidades cometida por ele quando foi secretário Estadual de Meio Ambiente.

*

Interessantes é que existem provas e mais provas de desvio de recursos praticados pelo Fernando Fialho, que apontam para uma lipos-aspiração de algo em torno de R\$ 8 milhões dos cofres públicos, através de convênios irregulares, as denúncias foram feitas e até agora, nada da "Justa" se manifestar.

Deputado é condenado e tem direitos políticos suspensos

O deputado estadual Othelino Neto (PC do B) foi condenado pela Justiça Estadual por improbidade administrativa ambiental, concessão de licença sem cumprimento de formalidades legais e omissão do dever de fiscalização. Com a decisão o parlamentar teve os direitos políticos suspensos por cinco anos – o que o impossibilita de concorrer a cargos eletivos - e deve pagar multa. Ele pode recorrer no cargo.

Além de Othelino Neto, a empresa Limp Fort Engenharia Ambiental também foi condenada e deve pagar uma multa de mais de R\$ 70 mil – que devem ser atualizados – e está proibida de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais direta ou indiretamente de ente público.

A decisão é do juiz Manoel Matos de Araújo Chaves e foi proposta pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente.



Othelino Neto foi condenado por improbidade administrativa enquanto esteve na SEMA

Leia aqui a íntegra da decisão

O processo movido contra Othelino Neto é de quan-

do ele ainda era secretário de Estado do Meio Ambiente. Neto também é acusado por um empresário de ter cobrado propina de R\$ 700

mil para autorizar uma licença de instalação de um empreendimento turístico na cidade de Carolina. O depoimento do empresário foi dado à comissão de crimes contra o erário estadual em fevereiro de 2010. Três anos antes, Othelino também foi acusado de ter destinado pouco mais de R\$ 35 mil para a construção de um Centro de Visitantes do Jardim Botânico de São Luís.

OUTRO LADO - O Portal Imirante.com conversou com o deputado e, por meio de nota, informou que "já protocolou recurso chamado embargo de declaração junto ao juiz competente." Sobre a impossibilidade de concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições e de condenação na Lei da Ficha Limpa, Othelino a nota diz que "Como a ação sequer chegou ao Tribunal de Justiça, não há razão para se discutir o efeito da lei da ficha limpa, portanto será candidato à reeleição de deputado".

Leia o artigo O Maranhão de Verdade, da governadora Roseana Sarney. **Opinião 5**

O Maranhão de verdade

ROSEANA SARNEY

Os brasileiros conhecem a realidade do sistema carcerário nacional. Rebeliões e violência ocorrem, infelizmente, em vários presídios de diversos estados.

São muitas as causas dos problemas do sistema prisional, alguns dos quais acabam por agredir de forma dramática a paz e a tranquilidade da família brasileira. Os Estados, sem exceção, sofrem com um modelo centralizador e burocrático.

Além disso, a vinculação de recursos orçamentários restringe a distribuição equilibrada da receita corrente líquida para atender às demandas setoriais. Em média, no país, o gasto com pessoal está em torno de 45% do orçamento; a educação fica com 25%; saúde, com 12%; o pagamento da dívida, com 13%.

Somados, esses percentuais alcançam 95% da receita estadual. Sobram apenas 5% para outras obrigações, como custeio da máquina, segurança pública, infraestrutura, programas sociais, agricultura etc.

Para piorar, temos o problema das drogas, que é a principal causa da violência: para financiar o tráfico e o consumo, mata-se e rouba-se.

O Maranhão nunca teve tradição de violência. Quando deixei o governo em 2002, éramos o estado menos violento do país. A expansão do crime organizado pelo território nacional, apoiado na exploração do tráfico de drogas, criou conexões entre gangues e grupos criminosos, espalhando pelo país o padrão de violência que vemos hoje.

Os indicadores do Maranhão avançam. Hoje, so-

mos o 16º PIB brasileiro; em 2011, último dado do IBGE, o PIB real cresceu 10,3%, enquanto o PIB do Brasil ficou em 2,7%; fomos o primeiro no Nordeste e o quinto no país; a renda per capita alcançou R\$ 7.852,71. Investimentos públicos e privados estão mudando a economia maranhense.

Na educação, a média das escolas foi elevada de 478,75, em 2011, para 481,37 em 2012, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com o resultado, o Maranhão subiu três posições no

Os indicadores do Maranhão avançam. Hoje, somos o 16º PIB brasileiro; em 2011, último dado do IBGE, o PIB real cresceu 10,3%

ranking do Enem.

Estamos executando um dos maiores programas de saúde no Brasil, com a construção de 10 unidades de pronto atendimento e 72 hospitais. Novas auditorias, redes de distribuição e estações de tratamento estão sendo implantadas para aumentar a cobertura da população em saneamento básico.

Na segurança pública, com recursos próprios, são R\$ 131 milhões para construção de sete novos presídios, recuperação e reaparelhamento do sistema carcerário, compra de armamento, veículos, detectores

de metal, esteiras de raio-X e estações de rádio. Até o dia 15 de fevereiro, 2.401 novos policiais aumentarão o nosso contingente. Até agora, 418 vagas foram criadas nos presídios maranhenses. Esse número será duplicado nos próximos seis meses.

Não aceito e não compactuo com a violência. O respeito aos direitos humanos e à integridade física dos cidadãos está acima de tudo. Nenhum órgão de defesa do cidadão apresentou denúncia de ameaça a familiares de presos.

O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie. Determinei rigorosa apuração dos fatos e punição exemplar aos responsáveis. A morte da menina Ana Clara, de seis anos, ficará em nossas lembranças para sempre.

Somente com a união do Executivo, Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público será possível vencer essa dura batalha. Na última quinta-feira (dia 9), recebi o ministro da Justiça e representantes dos três Poderes.

Já iniciamos um grande plano de ação com 11 itens que contemplam medidas como o mutirão das defensorias, transferências de presos e núcleos de atendimento, além de capacitação policial. São medidas que solucionarão o problema carcerário do estado.

Somos um estado de povo trabalhador, que tem orgulho de sua terra e de sua tradição. Com o nosso esforço e a ajuda de todos, vamos vencer essas dificuldades.

(Artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, edição do dia 12 de janeiro de 2014).

.....
Governadora do Maranhão



Biné Morais

Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal esteve segunda-feira (13), em São Luís, para averiguar a situação do sistema penitenciário do Estado. Os integrantes da comissão estiveram na Penitenciária de Pedrinhas, se reuniram com a Comissão de Direitos Humanos da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e com a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. Eles também foram recebidos pela governadora Roseana Sarney, que detalhou as ações para resolver a crise no sistema penitenciário de São Luís.

Tempos mudados e algumas perplexidades

CERES COSTA FERNANDES

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Assim dizia Camões, nos anos quinhentos do milênio passado, talvez bispando a ideia de alguém dantano, que por sua vez a bebeu de outra fonte mais antiga - que depois do Big Bang, nada se cria, só importa a genialidade da transformação. Vem-me à mente esse verso, enquanto tento mover o carro em meio aos caóticos e frequentes engarrafamentos desta Ilha. É preciso dizer que esse cenário se repete Brasil afora, pois, agora, tudo de ruim que acontece parece ter nascido e se criado no Maranhão, conforme creê a poderosa mídia do Sudeste.

Até bem pouco tempo, dirigir, para mim, era sinônimo de liberdade e qualidade de vida. A carteira de motorista significava parte da minha liberação dos anos de chumbo vividos pelas mulheres desta terra - nada a ver com os anos da ditadura - em que poucas gozavam da primazia de dirigir. Ter um carro, cada vez maior e mais caro, em nossas provincianas plagas, ainda é indício de poder aquisitivo e qualidade de vida. Em um certo passado, até acreditei nisso, mas venho gradativamente diminuindo o tamanho do meu carro e, hoje, só exijo dele um certo conforto e que não dê prego. Se as condições de deslocamento dessa cidade permitissem, não teria nem automóvel.

Qualidade de vida, mesmo, é ter tudo à mão, digo ao pé, de sua casa e não precisar usar carro. Qualidade de vida tinham os antigos moradores de São Luís. Meu avô morava na Rua do Sol e para trabalhar se deslocava a pé para o TRE, localizado na própria Rua do Sol, e para a Praça Pedro II, ao Tribunal de Justiça. Para o lazer, ia ao Teatro Arthur Azevedo, ao Grêmio Líteo ou ao bate-papo da João Lisboa, ao pé da estátua.

Desenvolvimento é andar de metrô, de trem ou em um ônibus seguro e confortável. Os povos desenvolvidos deixam seus carros nas cidades pequenas

onde moram e vêm para a metrópole de trem ou de metrô. Fui de trem de Richmond a New York, e no percurso, entravam e saíam do trem, mulheres bem vestidas, executivas, com uma bolsa de passeio e uma pasta de trabalho. Moravam em uma cidade e trabalhavam em outra.

Qualidade de vida é poder andar à noite sem cuidados, os jovens e as famílias a passear, sem medo ao avistar uma simples criança mal vestida. Olhar vitrines, tomar um sorvete, admirar a lua ou simplesmente namorar. Hoje, a insegurança não é proporcional ao tamanho da cidade: as cidades pequenas, onde sonhava refugiar-me ao encerrar meus anos de trabalho - voltar a sentar em cadeiras de lona nas calçadas, tomando cafezinho e tricotando sobre o que acontece no mundo -, já estão contaminadas pela droga, e o medo reina. Roubaram meu singelo sonho.

O Brasil está sempre uma era atrás do resto do mundo desenvolvido. Todos querem descobrir fontes de energia alternativa, o Brasil investe pesado no Pré-Sal. Enquanto a discussão deveria ser transporte público de qualidade, incentiva-se a compra de mais carros. Não temos estradas de ferro. Asfaltam-se estradas para, no ano seguinte, asfaltá-las de novo.

Mais mudanças. Vejo, agora na TV, a segura Paris, a mesma em que, há um ano e meio, eu e duas netas adolescentes andávamos, tranquilas, à meia-noite, nas margens do Sena, já está inserida no roteiro do medo. Assaltantes, na sua maioria menores, roubam transeuntes com o mesmo descaro dos meliantes brasileiros. Na França, como no Brasil, os "menores" têm estatutos que lhes permitem tratamento diferenciado.

Penso que vantagem têm os menores em não serem presos em cadeias quando matam? Essa certeza os faz ingressar no mundo do crime mais cedo e servirem de bucha de canhão para os meliantes mais velhos, sempre interessados em ter uma linha de frente de jovens de 17, 16, 15, até 14 anos, para usarem como escudo. Deixam a parte

mais suja do serviço para eles, alguém que assume a culpa e ainda se acha herói. Pobres tolos. Serão os futuros monstros incorrigíveis, se não morrerem antes. Isso me causa perplexidade.

Outra perplexidade que me assalta (o termo é propício) de já alguns anos: como escolhem, dentro da população carcerária, os detentos que estão aptos para serem premiados com saídas natalinas, dias das mães, dia dos pais etc. Hilton John Alves, o Praguinha, é um dos comandantes dos incêndios aos ônibus, cuja fala foi grampeada. Bom filho, advertiu a mãe que não pegasse ônibus naquele dia, estava programada uma chacina. Latrocida perigoso e reincidente, já tinha sido solto no Natal de 2012, não voltou e foi preso em cometimento de outras façanhas; solto novamente em 2013, por bom comportamento, finalmente está de volta a Pedrinhas de onde nunca deveria ter saído. Dos 300 que obtiveram o último indulto natalino, cerca de 60 não retornaram. Se matarem uns poucos e forem novamente encarcerados, talvez no dia das mães sejam merecedores de mais outros passeios.

Quais os critérios misteriosos que regem essas liberações? Como se avalia a recuperação de um pedófilo, colocado em cela apenas com marmanjos que não são do seu agrado. Não seria interessante avaliá-lo, monitorado, na presença de crianças? Um estupro de mulheres terá sempre um bom comportamento prisional cercado de machos ferozes e héteros. Enfim, se no decorrer da saída, o comportamento dos meliantes suscitar dúvidas na avaliação, sempre haverá uma criança ou uma mulher aqui fora para fazer o teste. Em caso de não recuperação, é simples: engaiolar de novo. Que o teste avaliador não seja feito com os filhos ou com as mulheres de quem me lê agora

Mestra em Literatura e membro da Academia Maranhense de Letras
E-mail: ceresfernandes@superig.com.br

Abaixo o terno gravata

O TJ do Rio de Janeiro acaba de liberar a obrigatoriedade de paletó e gravata aos advogados que trabalham no Fórum durante o verão. Nada mais apropriado, já que as temperaturas por lá beiram o insuportável nesta época. Partindo dessa lógica, não seria nada mau que a nossa Magistratura também deliberasse sobre o tema, uma vez que vivemos sob temperaturas quase senegalesas o ano todo.

A CRISE PRISIONAL DO MARANHÃO: DE QUEM É A CULPA? DE UM OU DE TODOS?

MOZART BALDEZ*

Não é intenção do subscritor politizar ou partidizar a crise, mesmo porque não tem interesse na causa e não é filiado a nenhum segmento partidário nacional. Pelo contrário, como ex integrante da força de segurança pública em Brasília, inclusive com experiência internacional sobre violência urbana nos Estados Unidos e atualmente aposentado e advogado militante inscrito na OABDF e OABMA e considerado como operador do direito, não poderia se furtar em fazer tais abordagens que objetivam sim, corroborar para a implementação de mudanças substanciais que possam vir a contribuir para a manutenção da normalidade em nossa capital.

Os últimos acontecimentos vivenciados pela sociedade maranhense nas ruas e no sistema carcerário, com reflexos negativos em todo o país, tem dado mostras da omissão das autoridades públicas ao longo dos anos, em face da desídia em não preparar uma política criminal voltada para o cumprimento da lei de execuções criminais e políticas de segurança voltadas para a repressão do crime e para a prevenção com ações sedutoras de inclusão social nas classes menos favorecidas.

A repercussão dos atos criminosos e repugnantes praticados por delinquentes a serviço do crime "organizado", chega a abalar de morte o governo estadual e suas instituições responsáveis pela manutenção da segurança pública estadual, a ponto de comitivas do Conselho Nacional de Justiça virem à capital São Luís MA, para pessoalmente inspecionarem as condições em que se encontram as instalações físicas dos presídios e o amontoado de detentos que são obrigados a conviver em condições adversas, nefastas e desumanas, o que serve para transformá-los em verdadeiros facínoras.

São presos que mesmos presos matam, sorteiam quem vai morrer, esturram dentro das prisões os seus familiares em comum, desafiam o estado de direito, instituem inclusive o estado de sítio na cadeia e decretam a pena de morte entregando ao estado os corpos de suas vítimas sem identificação da autoria.

Não satisfeitos articulam de dentro das prisões os ataques aos coletivos, veículos e prédios públicos pertencentes às forças policiais. A barbárie na semana passada culminou incontinenti com a morte de uma criança que sofreu queimadura de grau incontrolável a ponto do bebê perder a vida ao viajar num ônibus, local que jamais se imaginaria fosse ser palco de um delito dessa natureza. Enfim, uma crise sem precedentes que ameaça o convívio da sociedade ordeira que perde instantaneamente a crença no órgão em que a constituição federal depositou todas as fichas para o gerenciamento da segurança do cidadão.

Muito bem. No decorrer da crise surgem as suspeitas de quem são os culpados: o estado, a união, a polícia, o judiciário, o ministério público, os políticos, etc.

Nenhum dos citados, através dos seus representantes legais, assumem efetivamente, total ou parcialmente, as suas responsabilidades sobre o grave

episódio.

De quem é a culpa afinal: de um ou de todos?

Se o problema penitenciário é superlotação e infraestrutura, quem deveria prever a situação e planejar a construção de novos presídios: o governo estadual.

E a União: O governo federal limitou-se em apresentar paliativos fingindo combater a violência. Não houve investimento em prevenção desde o governo FHC. Nos últimos dez anos, segundo estatística do Ministério da Justiça, a massa carcerária cresceu 113%: uma inédita constatação de que os governos de esquerda prenderam mais do que o de direita. A verdade é que no país não foi implementado uma política nacional de segurança pública. O Ministério da Justiça faz política e o planalto petista não quer criar o Ministério da Segurança Pública. O congresso nacional por sua vez repousa em cima dos inúmeros ante projetos de unificação das polícia, lei orgânica das polícias e a PEC 300.

E o Judiciário. Contribuiu para o evento danoso? É claro que sim, senão vejamos: quantos detentos provisórios cumprem pena nos presídios maranhense e quantos primários estão encarcerados e a quanto tempo aguardando a instrução criminal sob a égide do fracassado e arbitrário princípio da razoabilidade?

Tem-se a notícia que existem cerca de 56% (cinquenta e seis por cento) ou mais de presos provisórios. Agora, o tempo que cada elemento está encarcerado, sem perspectiva de ser julgado não se tem conhecimento desses dados estatísticos. Da mesma forma, não se tem conhecimento quantos primários e de bons antecedentes estão presos e qual potencial da ofensividade do delito praticado.

E o Ministério Público Estadual. Qual era a sua atribuição diante de fato tão grave que vem se alastrando e se perpetuando no tempo. Qual a providência tomada? Nenhuma concretamente.

Deveria o Parquet por sua vez exercer com firmeza e como forma de prevenção a sua função de fiscalizar a lei que lhe fora outorgada pela carta de 1988. Não deveria ter receio de sujar as mãos com esse tipo de acontecimento. Poderia ter evitado o desenlace de condutas extremas dentro e fora dos presídios que fulminaram parcela da população, afinal, essa competência é legítima, personalíssima. Como não tomar conhecimento da infinidade de crimes que diariamente vem ocorrendo nos pavilhões prisionais e fartamente noticiados pela mídia?

Seria de extrema valia que o CNJ fizesse uma correição nos processos criminais do Estado do Maranhão para constatar e dar conhecimento à população e mídia desses dados estatísticos. Assim, como fazer uma avaliação se é necessário manter preso toda essa massa carcerária absurda, levando-se em conta o que estabelece a lei.

Sobre o assunto, o Supremo Tribunal Federal já fincou posição no sentido de não ser mais possível o cumprimento de pena privativa de liberdade antes

de sentença penal condenatória transitada em julgado, ou seja, execução antecipada de pena.

A nova posição, agora majoritária e plenária do STF, consolidou posicionamento muito mais conforme com as idéias de um direito e processo penal democrático e garantista.

O Pretório Excelso tem rechaçado veementemente a possibilidade de execução provisória ou antecipada de pena, seja esta privativa de liberdade ou restritiva de direitos. E a linha argumentativa é bem simples e clara: não pode haver execução de pena criminal antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória em homenagem, basicamente, ao princípio constitucional do estado de inocência ou de não-culpabilidade, insculpido no art. 5º, LVII, da CF.

"O Supremo Tribunal Federal não reconhece a possibilidade constitucional de execução provisória da pena, por entender que orientação em sentido diverso transgrediria, de modo frontal, a presunção constitucional de inocência".

Aliás, o paradigma da consagração desta tese ("the lead case") foi a decisão plenária exarada nos autos do Habeas Corpus número 84078/MG, de relatoria do Ministro Eros Grau, julgado em 05 de fevereiro de 2009:

"HABEAS CORPUS. INCONSTITUCIONALIDADE DA CHAMADA "EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA". ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O art. 637 do CPP estabelece que "[o] recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância para a execução da sentença". A Lei de Execução Penal condicionou a execução da pena privativa de liberdade ao trânsito em julgado da sentença condenatória. A Constituição do Brasil de 1988 definiu, em seu art. 5º, inciso LVII, que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória...".

Não é outro o entendimento de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes, que afirmam: "Não parece razoável, à luz da disposição constitucional, que se possa falar em execução, definitiva ou provisória, do julgado penal ainda não definitivo, no tocante à aplicação da pena, especialmente em face das intromissões que o denominado tratamento penitenciário estabelece nas esferas mais íntimas da personalidade do sujeito. Aliás, a própria Lei de Execução Penal (nº 7.210/84) só prevê a expedição da guia de recolhimento para a execução transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade (art. 105). E também o art. 160, do mesmo diploma, estabelece que a audiência admonitória do sursis só se realiza depois de transitada em julgado a sentença condenatória.

Acontece que as Câmaras Criminais do TJMA não seguem à risca esse entendimento e comumente parte dos seus componentes, para não dizer a maioria dos seus integrantes, em suas brilhantes decisões, quase todas por UNANIMIDADE, se associam à corrente da PRISÃO PARA TODOS e

isto contribuiu efetivamente para a crise que ora assola o nosso estado. Porque com certeza primários e de bons antecedentes que delinquiram uma única vez estão presos, superlotando o sistema desnecessariamente.

Não queremos com essa posição defender a impunidade ou a liberdade para quem pratica crimes. Longe disto. Estamos na condição de obrigados. Defendemos que o estado em crise deva priorizar o encarceramento de indivíduos que colocam efetivamente em perigo e risco a população ordeira de forma concreta.

Conclusão: uma das soluções para evitar a superlotação nos presídios é não executar penas provisórias e conceder liberdade primários e de bons antecedentes que concretamente não oferecem risco à sociedade ordeira, para aguardar o julgamento fora das celas; no mesmo sentido, o Judiciário deveria se empenhar mais, trabalhar mais, para que as instruções criminais sejam procedidas dentro do prazo processual; diante de tamanha crise e de tantos presos sem julgamento é inconcebível que os magistrados maranhenses trabalhem apenas meio expediente, somente trabalhem na parte da manhã e a jurisdição não seja prestada a contento e com celeridade.

Com relação às polícias civil e militar é mister que as autoridades de governo valorizem esses profissionais com condições melhores de trabalho, treinamento e salário digno. Não basta aumentar o efetivo e comprar armamentos de ponta. Toda a omissão das autoridades termina por respingar nos policiais que apenas cumprem ordem dos seus superiores. São eles que lidam diuturnamente e diretamente com o crime e os seus efeitos e o pior, com a crise que não deram vazão.

A inclusão social deve ser outra arma utilizada pelo poder público para amenizar as tensões aonde se aglomeram pessoas de baixa renda e quase sem perspectiva econômica e social.

Outro alerta às autoridades é no sentido de que o policiamento interno nos presídios deve ser feito por profissionais especializados e que tenham cumplicidade e subordinação direta com a administração pública, por meio de concurso público e treinamento adequado e não por terceirizados.

Ao Estado e demais instituições e poderes não cabe desonerar-se das responsabilidades que a lei lhes incumbem. A culpa é de TODOS!

Ao final de tudo fica para uma reflexão histórica a data de 06/01/14, que registra a morte desumana e degradante da menina ANA CLARA SANTOS SOUSA, com 6 anos de idade, com 95% do corpo queimado.

E mais as seguintes vítimas da OMISSÃO PÚBLICA:
JULIANE SANTOS, genitora de ANA CLARA, com 40% do corpo queimado; a bebê LORANE BEATRIZ SANTOS, com 20% do corpo queimado; e ABIANCY SILVA SANTOS, que experimentou queimadura de segundo grau.

São Luís – MA, 06 de janeiro de 2014.

ADVOCADO CRIMINALISTA E OABDF 25401E OABMA 9984 - MOZARTBALDEZAD-
VAGADO@BOL.COM.BR

DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS



Deputado Othelino Neto (PC do B)

O deputado estadual Othelino Neto (PC do B) foi condenado pela Justiça Estadual por improbidade administrativa ambiental, concessão de licença sem cumprimento de formalidades legais e omissão do dever de fiscalização. Com a decisão o parlamentar teve os direitos políticos suspensos por cinco anos - o que o impossibilita de concorrer a cargos eletivos - e deve pagar multa. Ele pode recorrer no cargo. Além de Othelino Neto, a empresa Limp Fort Engenharia Ambiental também foi condenada e deve pagar uma multa de mais de R\$ 70 mil - que devem ser atualizados - e está proibida de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais direta ou indiretamente de ente público. A decisão é do juiz Manoel Matos de Araújo Chaves e foi proposta pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente.

DEFESA

Por meio de nota, Othelino informou que "já protocolou recurso chamado embargo de declaração junto ao juiz competente." Sobre a impossibilidade de concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições e de condenação na Lei da Ficha Limpa, Othelino a nota diz que "Como a ação sequer chegou ao Tribunal de Justiça, não há razão para se discutir o efeito da lei da ficha limpa, portanto será candidato à reeleição de deputado". *(Imirante)*

SISTEMA PRISIONAL

Ministérios apresentam política nacional de saúde

Representantes do Núcleo de Saúde da Secretária de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), das Secretarias Municipais e de Estado de Saúde e da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJ-MA) se reuniram para apresentação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). A apresentação foi feita, nesta sexta-feira (16), na sede da Escola de Gestão Penitenciária, por membros dos Ministérios da Saúde e da Justiça.

Para a coordenadora do Núcleo de Saúde da Sejap, Ióllice Ribeiro, a inserção da PNAISP é um grande passo a ser dado por meio do trabalho em conjunto. "É preciso que todos cumpram com as responsabilidades elencadas no plano. Só assim será possível resolver as problemáticas enfrentadas na saúde prisional



Representante do Ministério da Saúde apresenta política nacional de saúde

do estado", frisou a coordenadora.

A PNAISP é resultado da portaria interministerial nº 1, de janeiro de 2014, e tem como objetivos a promoção do acesso das pessoas privadas de liberdade à Rede de Atenção à Saúde; garantir a autonomia

dos profissionais de saúde para a realização do cuidado integral das pessoas privadas de liberdade; qualificar e humanizar a atenção à saúde no sistema prisional por meio de ações conjuntas das áreas da saúde e da justiça; entre outros.

Planejado pelos Ministéri-

os da Justiça e da Saúde, a ideia é consolidar as atividades já desenvolvidas na área através de investimento em profissionais, infraestrutura e capacitação. A implantação será financiada pelo Ministério da Saúde com o co-financiamento de 20% do Governo do Estado.



ELEIÇÕES 2014

A fórmula de **Flávio Dino** para arrecadar recursos para o Maranhão

O pré-candidato ao governo do estado, Flávio Dino (foto), apresenta suas propostas para desenvolver o Maranhão e assegura: há como conseguir verbas federais. **POLÍTICA 3**

» Entrevista// Flávio Dino

Flávio Dino afirma que conhece os caminhos para atrair recursos do governo federal para o Maranhão, o que conseqüentemente trará o desenvolvimento e a melhoria do índices sociais do estado

“Vamos captar muitos recursos federais”

DIEGO EMIR

Pré-candidato ao governo, Flávio Dino vem despontando como o favorito até então, porém, ele não apenas surfa na onda favorável, mas apresenta inúmeras propostas e demonstra ter conhecimento do que é necessário para colocar o Maranhão entre os estados mais ricos do país, assim como melhorar os índices sociais.

O presidente da Embratur conta que sua experiência ao longo dos últimos três anos em Brasília o ajudou muito para conhecer os caminhos que vão possibilitar a captação de recursos federais para o estado.

O Imparcial - Por que o senhor quer ser governador?

FLÁVIO DINO - Para virar essa página da história maranhense. O nosso Estado é belo e tem muitas riquezas, mas, infelizmente, elas não chegam às casas dos maranhenses. Temos os piores indicadores sociais do Brasil. Isso significa injustiças, negação de direitos, sofrimentos, injustiças. O intenso noticiário negativo sobre o Maranhão, no Brasil e no mundo, demonstra que o atual ciclo de poder, que já dura 50 anos, está falido. Chega de notícias ruins e de um poder imperial que não respeita

as leis nem as pessoas. O Maranhão precisa olhar para frente. Há caminhos para corrigir os erros e barbaridades que aí estão.

O que lhe faz acreditar na vitória?

Ofereço à população do nosso Estado uma vida profissional honesta, uma experiência nos três Poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo – e uma história de luta por justiça social. Desde que comecei a participar de movimentos sociais, em 1983, quando tinha 15 anos de idade, sempre estive ao lado dos direitos dos mais pobres. No movimento Diálogos pelo Maranhão, temos conversado com a população sobre democracia, igualdade e desenvolvimento. Tenho fé de que é possível fazer um Maranhão mais justo e com mais igualdade, e por onde passo esse sentimento é muito forte. Me emociono muito ao ver tanta gente motivada, querendo ajudar, olhando nos meus olhos e dizendo palavras de confiança. Isso que me alimenta.

Qual será sua prioridade?

Governar com honestidade e trabalhar para que todos os maranhenses tenham acesso aos direitos garantidos na Constituição e nas leis, que hoje lhes são negados. Por exemplo, no lançamento de minha pré-candidatura pelo PCdoB, destaquei

como prioridade o fornecimento de água nas casas do Maranhão. Hoje, metade da nossa população não tem água e banheiro em casa. Essa situação é inadmissível em um estado rico como o nosso. Há uma direta relação entre problemas como esses e os constantes casos de desvio do dinheiro público no Maranhão.

Educação, saúde e segurança. Quais são as suas propostas?

Nas três áreas quero destacar, em primeiro lugar, o papel dos servidores públicos. Sou servidor público há 25 anos, e sei que é rigorosamente essencial valorizar e motivar a classe. Se for a vontade de Deus e eu tiver a honra de governar o Maranhão, tenho certeza de que meus colegas servidores públicos serão grandes aliados na transformação do nosso Estado. Não há espaço para falar tudo, daí vou destacar somente alguns tópicos. Na educação, é necessário investir em ensino profissional e na ampliação das universidades. O Maranhão é muito grande, precisamos fortalecer a UEMA e ter universidades regionalizadas. Sem ciência e tecnologia é impossível desenvolver o Maranhão. Sobre Saúde Pública, vamos acabar com a terrível corrupção que se instalou no setor, abrir os hospitais que hoje estão fechados ou abandonados e investir na carreira dos profissionais de saúde. Precisamos

de mais médicos, vamos formá-los aqui no Maranhão e eles terão uma carreira de estado, similar a dos juizes. Os agentes comunitários de saúde terão mais direitos e missões. Quanto à Segurança, vamos buscar novas formas de organização das forças de segurança, principalmente na integração entre os sistemas de inteligência e informação das polícias, do Ministério Público e do Judiciário. Além disso, vamos contratar mais policiais e reconhecer os seus direitos. Não entendo porque, em uma hora difícil como essa, o governo do Estado resolveu brigar com o Conselho Nacional de Justiça e com os juizes. Isso não pode dar certo.

O senhor pretende ampliar os programas sociais?

Hoje o Maranhão proporcionalmente é o estado com maior número de atendidos pelo Bolsa-Família e isso mostra o quanto esse programa é importante para os maranhenses. Mas é preciso que o governo do estado contribua no enfrentamento à pobreza, sobretudo gerando oportunidades de trabalho. Penso também muito especialmente nas ações relativas a idosos, crianças, jovens e pessoas com deficiência. São setores que precisam da solidariedade real de um governo presente, atento, cuidadoso.



As receitas próprias estão diretamente relacionadas ao crescimento de nossa economia. Além disso, vamos captar muitos recursos federais via transferências voluntárias, com a experiência que tive esses anos todos em Brasília



Nós estamos em diálogo constante com todas as lideranças do estado que querem fazer parte desse projeto de mudança para o Maranhão

O que fazer para que o estado atraia investidores?

Garantir o cumprimento das leis é um grande passo para atrair investidores. Quantos já deixaram de investir no Maranhão porque não queriam pagar propinas, taxas de extorsão etc? Além disso,

o governo do Estado deve ter três grandes prioridades econômicas: 1) expandir o nosso mercado interno, pela consolidação de atividades econômicas já existentes - por exemplo a agropecuária familiar e empresarial; 2) garantir o acesso dos produtores do campo e da cidade à ciência e tecnologia; 3) ter uma política industrial inclusiva e democrática, que liberte o Maranhão da monotonia dos discursos baseados apenas nos "grandes projetos redentores". Essa nova política industrial deve visar ao adensamento das cadeias produtivas (grãos, pecuária, ferro e alumínio, cimento, óleos vegetais e produtos oriundos da biodiversidade, cerâmica vermelha e minérios brancos, entre outras). Em paralelo, precisamos implantar uma rede de Arranjos Produtivos Locais (APLs), que garantam geração de renda e mais oportunidades de trabalho. Cito como exemplos o mel, a farinha, as frutas, o pescado, o artesanato etc.

O que fazer para aumentar a arrecadação estadual?

As receitas próprias estão di-

retamente relacionadas ao crescimento de nossa economia. Além disso, vamos captar muitos recursos federais via transferências voluntárias, com a experiência que tive esses anos todos em Brasília. Essa é uma coisa muito importante: conhecer Brasília, saber os caminhos para conseguir recursos. Neste momento sou contra qualquer aumento de carga tributária para a sociedade.

Hoje se fala muito em parceria. Como o seu governo se comportaria?

Na Estrutura atendi a todos os estados, independente de filiação partidária do secretário de turismo ou do governador. Quem apresentou bons projetos técnicos foi atendido. Esse é o certo. Vamos deixar para trás esse modelo de chantagem política com os recursos públicos estaduais e promover parcerias com os municípios de todo o Maranhão. É um escândalo que prefeitos sejam chantageados em secretarias do

Governo, como muitos têm me relatado. Vou acabar com esse desrespeito contra os prefeitos. Além disso, é preciso conversar muito, respeitar os outros, entender que um governador não existe para ser servido e sim para servir.

A oposição vai rachar? Como manter os aliados ao seu lado?

Nós estamos em diálogo constante com todas as lideranças do estado que querem fazer parte desse projeto de mudança para o Maranhão. A minha pré-candidatura é uma das alternativas para superar o modelo oligárquico e há outras pessoas que também têm as suas pré-candidaturas. Estamos conversando e fazendo um convite para todos integrarmos uma mesma aliança. É o que chamamos de Partido do Maranhão. Em outros estados, como o Acre, diferentes forças políticas se uniram para derrotar o crime organizado, unindo do PT ao PSDB. Aqui no Maranhão, é possível unirmos forças para derrotar o modelo coronelista. Com calma a gente chega lá.

E uma aliança com Castelo, o senhor acredita que seus eleitores entenderiam?

As eleições municipais foram encerradas. Agora estamos tratando do destino do nosso Estado. O PSDB é um dos partidos que faz parte historicamente da oposição ao grupo Sarney e tem ótimos quadros. É muito importante ter o apoio do PSDB e de todas as suas lideranças, inclusive do ex-prefeito Castelo. Maior do que as nossas divergências do passado é a urgência de fazer um futuro melhor para o Maranhão. Todos aqueles que concordam com nosso programa de modernização e transformação são bem-vindos. Vamos fazer uma grande união com muitos partidos, movimentos sociais e, acima de tudo, com o nosso povo. Estou sereno, tranquilo e com muita fé.

- 1 *Essa decisão de primeiro grau da Justiça maranhense de condenar o deputado Othelino Neto, hoje hospedado no PCdoB, o pegou no pior momento. Em pleno ano eleitoral, onde tudo começa de fato a partir de abril. Ele vai recorrer com embargo e garante que como o ato ainda não chegou ao TJ, portanto não pode ser “queimado” com a pecha de ficha-suja.*

- 2 *Já chegou ao Ministério da Justiça a lista enviada pelo governo do Maranhão com o nome de 35 presos do estado a serem transferidos para penitenciárias federais. Como trata-se de gente das mais perigosas do Complexo de Pedrinhas, a transferência autorizada pela Justiça Penal será feita sob sigilo. Do total, nove já “passaram” no primeiro exame do “pró-crime”.*

- 3 *Dos 35 da lista, a assessoria do Ministério da Justiça informou que o Depen identificou inicialmente que nove atendem aos requisitos para transferência. Os casos dos demais estão sendo analisados, segundo o ministério. Entre os fatores que são levados em conta na análise estão a influência do preso sobre o crime organizado e o grau de periculosidade.*

PALAVRA DA GOVERNADORA

O Maranhão de verdade

Em artigo publicado nesta edição, a governadora Roseana Sarney (foto) mostra que o estado é muito maior do que a crise carcerária nascida do tráfico de drogas. **OPINIÃO 6**



O Maranhão de verdade



ROSEANA SARNEY
É GOVERNADORA DO MARANHÃO

Os brasileiros conhecem a realidade do sistema carcerário nacional. Rebeliões e violência ocorrem, infelizmente, em vários presídios de diversos estados.

São muitas e diversas as causas dos problemas do sistema prisional, alguns dos quais acabam por agredir de forma dramática a paz e a tranquilidade da família brasileira.

Os estados, sem exceção,

sofrem com um modelo centralizador e burocrático.

Além disso, a vinculação de recursos orçamentários restringe a distribuição equilibrada da receita corrente líquida para atender as demandas setoriais. Em média, no país, o gasto com pessoal está em torno de 45% do orçamento; a educação fica com 25%; saúde, com 12%; o pagamento da dívida, com 13%.

Somados, esses percentuais alcançam 95% da receita estadual. Sobram apenas 5% para outras obrigações, como custeio da máquina, segurança pública, infraestrutura, programas sociais, agricultura, cultura e lazer, etc., etc.

Para piorar o quadro, temos o problema das drogas, que atinge principalmente os jovens e é a principal causa da violência que aterroriza a sociedade: para financiar o tráfico e o consumo, mata-se e rouba-se.

O Maranhão nunca teve tradição de violência. Quando deixei o governo em 2002, éramos o Estado menos violento do país. A expansão do crime organizado pelo território nacional, apoiado na exploração do tráfico de drogas, criou conexões entre gangues e

grupos criminosos, espalhando pelo país um padrão de violência que vemos hoje.

Os indicadores do Maranhão avançam, apesar de todas as dificuldades que menciono neste artigo. Hoje, somos o 16º PIB brasileiro; em 2011, último dado do IBGE, o PIB real cresceu 10,3%, enquanto o PIB do Brasil ficou em 2,3%; fomos o primeiro no Nordeste e o quinto no país; a nossa participação no PIB nacional passou de 1,2% para 1,3%; a renda per capita alcançou R\$ 7.852,71.

Investimentos privados em floresta e celulose, petróleo e gás, agricultura e pecuária, mineração e siderurgia, serviços e turismo, atraídos por ações do governo do Estado, estão mudando a economia maranhense.

Programas de treinamento e capacitação profissional preparam os trabalhadores para os novos desafios do mercado. No acumulado de janeiro a outubro, a economia maranhense gerou 16.774 novos postos de trabalho.

Na Educação, a média das escolas foi elevada de 478,75, em 2011, para 481,37 em 2012, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2012. Com o resultado, o Maranhão subiu três posições no ranking do Enem.

As escolas estaduais elevaram de 441,5 em 2011, para 449, em 2012, a nota das provas objetivas, que consideram as quatro áreas de conhecimento do Enem: ciências da natureza, ciências humanas, matemática e linguagem.

Estamos executando um dos maiores programas de saúde no Brasil, com a construção de 10 UPAs e 72 novos hospitais de 20, 50 e 100 leitos. Novas adutoras, redes de distribuição e estações de tratamento estão sendo implantadas para aumentar a cobertura da população em saneamento básico.

Na segurança pública, com recursos próprios, são R\$ 131 milhões para construção de 7 novos presídios, recuperação e reaparelhamento do sistema carcerário, compra de armamento, veículos, detectores de metal, esteiras de raios x e estações de rádio. Até o dia 15 de fevereiro, 2.401 novos policiais aumentarão o nosso contingente. Até agora, 870 novas vagas foram criadas nos presídios maranhenses. Esse número será duplicado nos próximos seis meses.

Não aceito e não compactuo com violência. O respeito aos direitos humanos e à integridade física dos cidadãos está acima de tudo. Todos os órgãos de defesa do cidadão não apresentaram nenhuma denúncia contra familiares de presos. O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie. Determinei rigorosa apuração dos fatos e punição exemplar aos responsáveis. A morte da menina Ana Clara ficará em nossas lembranças para sempre.

Acredito que somente com a união das esferas do Executivo, Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público será possível vencer essa dura batalha. Na última quinta-feira, recebi o ministro da Justiça e representantes dos três poderes. Já iniciamos um grande plano de ação com onze itens que contemplam medidas, como, por exemplo, mutirão das defensorias, transferência de presos e núcleos de atendimento ao preso, à mulher, à família, religioso, além de capacitação e atendimento ao policial. Medidas que solucionarão o problema carcerário do Estado. Tenho certeza que a parceria dará bons frutos e atingirá o objetivo proposto.

Somos um Estado de povo trabalhador, que tem orgulho de sua terra e de sua tradição. Com o nosso esforço e a ajuda de todos, vamos vencer essas dificuldades.

Oposição recorre contra arquivamento do impeachment de Roseana Sarney

JORGE VIEIRA

Os deputados Rubens Pereira Júnior (PCdoB), Marcelo Tavares (PSB), Othelino Neto (PCdoB) e Bira do Pindaré (PSB) protocolaram, sexta-feira (17), nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados, requerimento recorrendo contra a decisão monocrática do presidente Arnaldo Melo (PMDB) que arquivou o pedido de impeachment da governadora Roseana Sarney (PMDB), por crime de responsabilidade.

O documento assinado pelos quatro parlamentares da oposição critica o comportamento do presidente Arnaldo Melo, questiona a competência dele para mandar arquivar de forma monocrática o processo, pede que o plenário se manifeste sobre a obrigatoriedade ou não de seguir estritamente o rito do artigo nº 227 do Regimento Interno da Casa em tais situações e requer a reforma da decisão.

O pedido de impeachment da governadora foi apresentado pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos (Caduh), na última terça-feira (14), após os distúrbios no Complexo de Pedrinhas que expuseram ao mundo as barbáries praticadas no sistema prisional do Maranhão e a falta de estrutura do Estado para combater a carnificina nos presídios. Ao receber a representação, o presidente Arnaldo Melo mandou arquivar sem consultar os demais integrantes da Mesa Diretora.

Em petição encaminhada ao presidente da Assembleia, a advogada Heloísa Machado de Almeida e outros oito integrantes do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos oferecem denúncia por crime de responsabilidade, com pedido de perda do cargo (impeachment) e de direitos políticos contra Roseana, "em razão das violações de direitos humanos perpetradas no Centro de Detenção Provisória do Complexo Penitenciário de Pedrinhas".

Segundo o líder da oposição, deputado Rubens Júnior, Arnaldo Melo deixou de receber a denún-

cia baseado em dois argumentos: suposto não cumprimento das formalidades do artigo nº 277 do Regimento Interno da Casa e ausência de justa causa para o seguimento da ação. "Assim, de modo monocrático, em nítida ofensa ao que dispõe o Regimento Interno da Casa, resolveu arquivar liminarmente o pedido. É a reforma da decisão do Exmo. Sr. presidente a fim de que a Casa siga o correto rito procedimental que se intenta no presente recurso", diz a peça.

Ao justificar as razões para reivindicar a reforma da decisão do presidente Arnaldo Melo, os parlamentares da oposição recorreram aos ensinamentos do doutrinador Fábio Konder Comparato, quando ele afirma: "É ridículo pretender decidir sobre direitos do reino, das nações e do universo, pelas mesmas máximas com as quais se decide entre particulares sobre o direito a uma calha de águas pluviais" (O Espírito das Leis, apud COMPARATO, Fábio Konder. Crime de Responsabilidade - Renúncia do Agente - Efeitos Processuais. Revista Trimestral de Direito público, nº 7, 1993, p. 82).

Conforme Rubens Júnior, a oposição teve a iniciativa de buscar a reforma da decisão "a fim de evitar que futuramente este Parlamento venha a sofrer correção de seus atos por parte do Poder Judiciário. Por isso, desde já se requer prudência na análise do presente recurso, a fim de que se reforme a teratológica decisão monocrática da presidência", observa.

Diz ainda a peça jurídica, a ser apreciada após o recesso parlamentar, que o art. 277 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa é 'cristalino' ao prever o procedimento: "O presidente da Assembleia, recebendo a representação com firma reconhecida e rubricada folha por folha em duplicata, enviará imediatamente um dos exemplares ao

governador, para que preste informações dentro de 15 dias e, dentro do mesmo prazo, criará Comissão Especial, constituída de um quinto dos membros da Assembleia, com observância da proporcionalidade partidária, para emitir parecer sobre a representação e as informações, no prazo máximo de 15 dias, a contar de sua instalação".

Diante do que recomenda o artigo citado, Rubens Júnior questiona: "Seria possível a rejeição monocrática da decisão pelo presidente desta Casa? A resposta só seria afirmativa se tal possibilidade constasse do Regimento Interno da Assembleia. O Regimento é claro ao afirmar que "o presidente da Assembleia, recebendo a representação com firma reconhecida e rubricada folha por folha em duplicata, enviará imediatamente um dos exemplares ao governador, para que preste informações dentro de 15 dias (...)".

Para Rubens Pereira Júnior, isso significa dizer que "o presidente da Assembleia não é autoridade competente para, monocraticamente, rejeitar o pedido formulado pelos petionários, e que tal atitude fere direito líquido e certo dos ora recorrentes em serem regidos pelo devido processo legislativo. Assim, os interesses ilegítimos, nascidos de espíritos políticos de mera ocasião, frutos de desavenças de menor importância, não podem ocasionar a derrocada do Estado de Direito, que tem no princípio da legalidade e da supremacia da constituição o seu alicerce estrutural", defende o líder da oposição.

O recurso foi protocolado na sexta-feira, mas só começa a tramitar na segunda-feira (20) porque o sistema estava fora do ar e a secretaria da mesa diretora encerrou os trabalhos mais cedo. Rubens Júnior, no entanto, entregou o documento à diretoria geral da Casa.



PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO recorrem contra ato que arquivou impeachment da governadora

Amor bizarro

Na avaliação dos parlamentares que integram o bloco de oposição, chega a ser patológico o jogo de propaganda do governo Roseana Sarney para tentar inverter a realidade dura do Estado do Maranhão. “Mas eles são autênticos quando afirmam na campanha publicitária que sentem orgulho e amor pelo Maranhão”, observam.

Para o líder da oposição, Rubens Pereira Júnior, devem sentir mesmo, pois é por causa dessa miséria extrema, da corrupção elevada, da fraude eleitoral, da subserviência do judiciário que os Sarney se mantêm no poder por meio século.

“José Sarney e seu grupo amam esse Maranhão, que lhes enriqueceu à custa da pobreza de seu povo. É da miséria e fome que nasce o amor da família Sarney pelo Maranhão, porque, sem isso, eles não podem continuar no poder. Por isso o grupo sente orgulho e ama esse Maranhão que eles construíram, e lutam a ferro e fogo para manter sob seu jugo”, condenou Júnior.

Cada um fazendo a sua parte

A propósito dessa celeuma toda que surgiu a partir de Pedrinhas, uma série de questionamentos vieram à tona. Em meio a tudo isso algumas acusações, muitos culpados e nenhum inocente. O governo foi ineficaz em sua responsabilidade e está pagando caro por isso. O poder judiciário, a quem cabe julgar os milhares de processos que fizeram abarrotar os porões de Pedrinhas de presos, também negligenciou. Resultado: agora depois de explodido o grande barril de pólvora que é todo o complexo prisional do estado, depois do “puxão” de orelha levado pela Ministro da Justiça, depois da ameaça de intervenção federal no estado e de jogar o Maranhão como “chacota nacional”, todos resolveram arregaçar as mangas e trabalhar. Uma força tarefa foi criada por juízes e defensores públicos para dar celeridade aos processos encalhados nas diversas varas e juizados. Revista as falhas de cada um, espera-se que a partir de agora as decisões sejam mais céleres entre os poderes e que tudo termine bem.



José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

A PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS E A FALÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES TOTAIS

Por diversas vezes tenho afirmado que as prisões brasileiras são um depósito de gente, e por absoluta falta de determinação e sensibilidade dos nossos governantes, a Penitenciária de Pedrinhas é o retrato mais bem acabado de um sistema falido.

Por que isso ocorre? É fácil de compreender. Conforme tenho dito, prisão no Brasil tem como clientela uma determinada classe de pessoas que, aos olhos de quem nos dirige, é merecedora de desprezo, como se todos que eventualmente cometessem um ilícito penal e que por isso tenham sido condenados, sejam rebotalho, gente de segunda categoria, a quem o Estado empresta apenas o seu desprezo, pouco lhe importando o preceito constitucional que destaca a dignidade da pessoa humana como um patrimônio social e como fundamento sobre o qual se erige o Estado Democrático de Direito.

Não se refletirá racionalmente sobre a desumanidade das nossas prisões, se nos limitamos a “jogar” no seu interior, preferencialmente, as pessoas mais humildes, como se elas, pela sua origem e posição social, não fossem gente como nós outros, não tivessem sentimento ou não sentissem dor. Dor e sentimento que, é preciso convir, transcendem sempre os limites de uma instituição celular, para alcançarem os terceiros envolvidos indiretamente em face da transgressão praticada.

O que se constata nesse quadro degradante e estupefaciente que se descortina sob os nossos olhos – muitas vezes sem sensibilizar os corações e as mentes dos governantes – é uma incômoda sensação de que os que dirigem os nossos destinos pensam, do pedestal de onde fazem esparramar a sua prepotência e de onde derramam a sua obliterada visão,

que o princípio da dignidade da pessoa só oferece embasamento axiológico para concretização do direito justo aos bem aquinhoados, a uma casta de privilegiados, para a qual tudo o mais é resto.

É como se aqueles que não ascenderam socialmente, pelos mais diversos motivos, não tivessem sensibilidade. É como se o paradigma da dignidade fosse seletivo e excludente, nos fazendo lembrar, guardadas as devidas proporções, o regime de escravidão que manchou a nossa história com as tintas da iniquidade, mercê do tratamento desumano e degradante dispensado aos nossos irmãos africanos.

É engano pensar que pessoas humildes, ao cometeram crimes, devam ser tratadas como pessoas de segunda categoria. Tratadas dessa forma, elas são embrutecidas e voltam ao convívio social sem a mínima condição de nele serem reinseridas. Quem segue essa linha equivocada de entendimento, tem a mesma visão do cão estúpido que morde a pedra que a ele atingiu, em vez de procurar a mão que a arremessou.

Os agentes do Estado – aqui incluídos o próprio Poder Judiciário, o Ministério Público e as Polícias – precisam se conscientizar do sentido ético-jurídico do princípio da dignidade da pessoa humana, como pressuposto para a materialização dos direitos fundamentais dos cidadãos, a legitimar a pretensão de qualquer encarcerado ser respeitado pelos demais membros da sociedade e pelo próprio Estado.

Entre os humildes, ainda que condenados e por isso cumprindo pena, há pessoas que, circunstancialmente, enveredaram pelo mundo da criminalidade, mas não são, necessariamente, perigosas. E ainda que o fossem, não deveriam só por isso receber

tratamento indigno e degradante, conquanto admita que devam receber do Estado, pelas suas instâncias persecutórias, tratamento diferenciado, mas sempre com a observância rigorosa dos limites e balizas consolidados na Carta Política em vigor.

Uma pessoa, importa reafirmar, não se torna necessariamente má e perigosa, a merecer a ira e o desprezo estatal, apenas porque em alguma circunstância tenha cometido um ilícito penal. Admitamos haver os que merecem tratamento diferenciado, por apresentarem índole perigosa. Nada, no entanto, que possa afrontar a sua condição de ser humano, pois o Estado não pode agir como agem os facínoras ou a eles se igualar, a pretexto de punição, ainda que reconheça que parte da população pense de forma diferente, entorpecida e revoltada com os índices de criminalidade que são próprios de uma sociedade de risco.

É inegável que, em face da falência das chamadas instituições totais, o encarceramento em nosso sistema prisional fracassado não melhora o detido, não o corrige para o mundo exterior, não o recupera para o retorno à sociedade, fato constatado, de resto, por tantos quantos lidam com essa questão.

Por esses e por outros motivos é que em todos os lugares do mundo as vezes se erguem em face do conhecido fracasso da chamada ideologia do tratamento ressocializador. No Brasil não é diferente. Aqui o objetivo da ressocialização também fracassou, uma vez que o nosso sistema penitenciário padece dos mesmos vícios dos demais sistemas existentes no mundo, com a agravante de estar transbordando de presos, os quais, como mencionado acima, são tratados de forma degradante e desumana.

- *A terça-feira vem movimentada no Fórum de São Luís, no Cahau, com sessões de júri popular envolvendo 17 acusados de homicídio ou tentativas, dentre os quais o chefe da facção criminosa que aterrorizou a capital.*
- *Em fevereiro as sessões continuam e a mais esperada de todas, com certeza, é a em que estarão nos bancos dos réus os mandantes e executores do jornalista Décio Sá. Muito trabalho para o juiz Osmar Gomes dos Santos.*
- *Também começam a correr normalmente amanhã os prazos processuais da Justiça Estadual, ficando restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos e intimações.*